



SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DOS CASOS NOTIFICADOS DE INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICO EM SANTA CATARINA: PERÍODO DE 2007 A 2012

As publicações mais recentes da Organização Internacional do Trabalho/Organização Mundial da Saúde (OIT/OMS) destacam o Brasil a partir de 2009, como o maior consumidor mundial de agrotóxico.

Estima-se que, entre trabalhadores de países em desenvolvimento, os agrotóxicos causam anualmente 70 mil intoxicações agudas e crônicas que evoluem para óbito. E pelo menos 7 milhões de doenças agudas e crônicas não-fatais, devido aos pesticidas.

A notificação da intoxicação por agrotóxico foi instituída no SINAN a partir da Portaria nº. 168 (Secretaria Nacional de Vigilância à Saúde/Ministério da Saúde - SVS/MS, em 05/05/1997). Posteriormente, a Portaria nº. 2.325 (Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro - MS/GM, em 08/12/2003) e a Portaria nº. 33 (SVS/MS, em 25/07/2005) não incluíram as intoxicações por agrotóxicos na Lista Nacional de Agravos de Notificação Compulsória. A Portaria nº. 777 (MS/GM, em 28/04/2004), definiu as intoxicações exógenas (incluindo agrotóxicos) como sendo um agravo à saúde do trabalhador de notificação compulsória em rede de serviços sentinela específica (ligados à Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - RENAST). Em agosto de 2010 foi publicada a Portaria Ministerial nº. 2.472 inserindo as intoxicações exógenas na Lista de Notificação Compulsória (LNC).

A Portaria Ministerial n.º 104, de 25 de janeiro 2011, instituiu entre outras e definiu a notificação compulsória das intoxicações por substâncias químicas, incluindo agrotóxicos, gases tóxicos e metais pesados, estabeleceu fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde e a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública.

O objetivo desta avaliação foi traçar um perfil epidemiológico dos casos de intoxicação por agrotóxico, notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN da Diretoria de Vigilância Epidemiológica /SES no período de 2007 a 2012 no Estado de Santa Catarina.

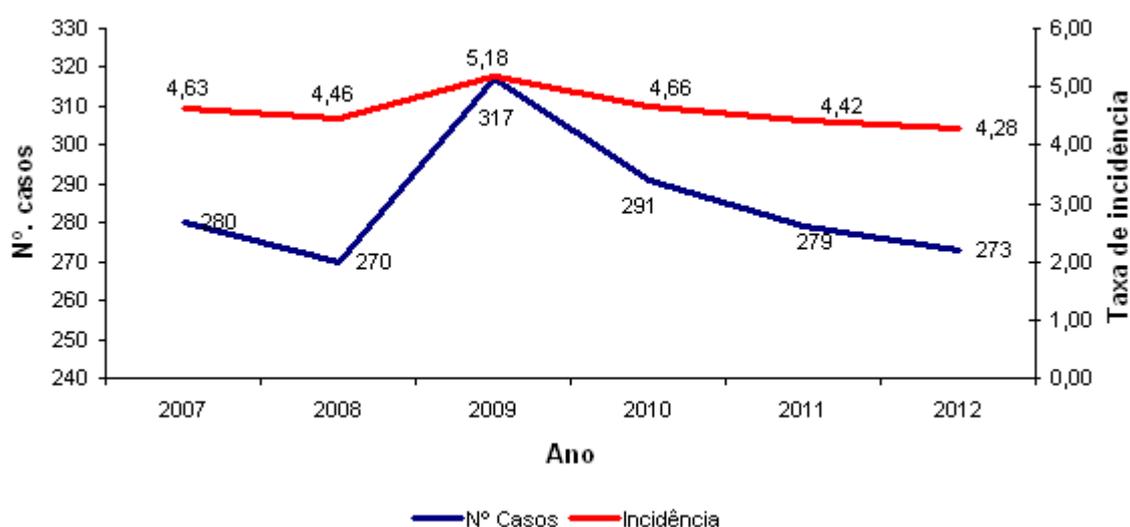
Estudo descritivo onde foram avaliados 1.710 casos notificados no SINAN, no período de 2007 a 2012 em Santa Catarina. Para avaliação foram utilizados os coeficientes de incidência e letalidade, para os cálculos das frequências e cruzamentos das variáveis elencadas (ano, sexo, faixa etária, exposição ligada ao trabalho, tipo de produto e grupo



de agentes tóxicos), utilizou-se o Tabwin e para a distribuição dos dados em gráficos o Excel.

Durante o período analisado, o ano que apresentou um incremento no número de casos notificados (figura 1) foi 2009, tal elevação pode ser explicada pelos treinamentos realizados na época, tornando a rede de serviços mais sensível a captação de dados. Fato este, que pode ter incidido na elevação da incidência de forma pontual, pois as notificações nos anos subsequentes mantiveram-se constante.

Figura 1 - Número de casos e incidência por 100.000 habitantes de intoxicação por agrotóxico segundo ano da notificação. Santa Catarina, 2007 a 2012



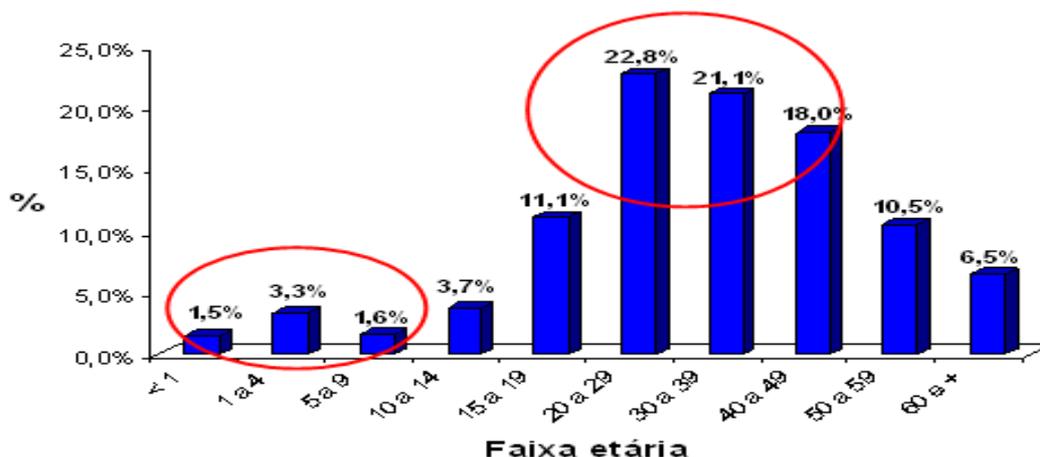
Fonte: SINAN/DIVE/SES/SC

Na distribuição espacial das maiores incidências no ano 2009 (ano com maior número de notificações) no Estado, os municípios com população abaixo de 10 mil habitantes foram os mais prevalentes destacam-se: Rio do Campo, Presidente Nereu, Caibi, Vitor Meireles, São Domingos, Trombudo Central, Santa Terezinha, Águas Monas, Pinheiro Preto e Rio das Antas.

As macrorregionais de residência com as maiores incidências foram: Planalto Norte (11,8 /100 mil hab.), Vale do Itajaí (9,1 /100 mil hab.), Extremo Oeste (8,34/100 mil hab.), Meio Oeste (5,0 /100 mil hab.).



Figura 2 – Proporção de casos notificados de intoxicação por agrotóxico, segundo faixa etária. Santa Catarina, 2007 a 2012



Fonte: SINAN/DIVE/SES/SC

Na distribuição por faixa etária (figura 2), o maior número de casos ocorreu na população economicamente ativa ou seja, de 20 a 49 anos (62%) e a mediana de idade das notificações foi de 33 anos.

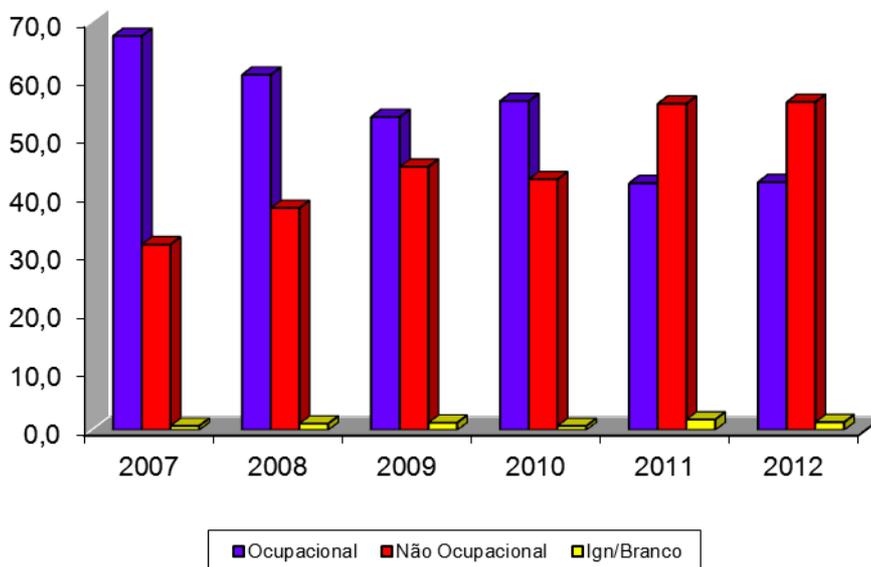
Destaca-se a faixa etária do \leq de 1 ano até 5 a 9 anos de idade por estarem expostos a agrotóxicos por vias ambientais nas suas casas, escolas, gramados e jardins, como também, pela alimentação e água contaminada, por vias ocupacionais nas atividades laborais da família e através do contato com os pais após terem lidado com estes agentes químicos durante as atividades de trabalho.

Em relação à distribuição dos casos de intoxicação por agrotóxico segundo sexo, o masculino foi o mais prevalente (68%) seguido do feminino (32%).

A zona de residência dos casos com maior frequência foi a zona rural com 51,5% e 33,5% na área urbana.



Figura 3 – Proporção de casos notificados de intoxicação por agrotóxico, segundo exposição ligada ao trabalho. Santa Catarina, 2007 a 2012.



Fonte: SINAN/DIVE/SES/SC

A exposição dos casos notificados de intoxicação por agrotóxicos até 2010 foram frequentemente no trabalho, nota-se (figura 3) que a partir de 2011, ocorreu um aumento de intoxicações em outros ambientes. A residência foi o local mais frequente das intoxicações, o que podemos relacionar a crescente economia informal, tentativas de suicídios, manejo do agrotóxico em ambientes urbanos para o controle de pragas, jardinagem amadora, controle de vetores em saúde pública, uso doméstico e controle de vetores por empresas especializadas.

Atividade ocupacional dos casos de intoxicação mais prevalente foi a dos trabalhadores rurais agropecuários em geral (42%), seguido da dona de casa (10,8%) e o estudante (10%). A escolaridade mais frequente destes foi o ensino fundamental completo (61,3%).

O agrotóxico mais utilizado foi o herbicida (46,5%), muito comum o seu uso em plantações para o controle de ervas classificadas com daninhas no cultivo de grãos e oleaginosas porém, ocasiona contaminação ambiental e toxicidade para o ser humano. O inseticida, segundo produto mais utilizado (31,2%) é um pesticida para exterminar insetos, destruindo ovos e larvas na agricultura e nas residências.



As vias de exposições mais freqüentes são a digestiva (39,6%), respiratória (32,2%) e a cutânea (17,9%). A atividade exercida na exposição com maior número de registros foi a pulverização (27,3%) entretanto, esta variável fica comprometida em função da frequência dos dados em branco (16,2%). A circunstância da exposição mais frequente foi às contaminações acidentais (39,9%), tentativa de suicídio (26,6%) e uso habitual (15,6%). Segundo o tipo de atendimento, o hospitalar (72,3%) foi o mais freqüente, seguido do ambulatorial (27,3%).

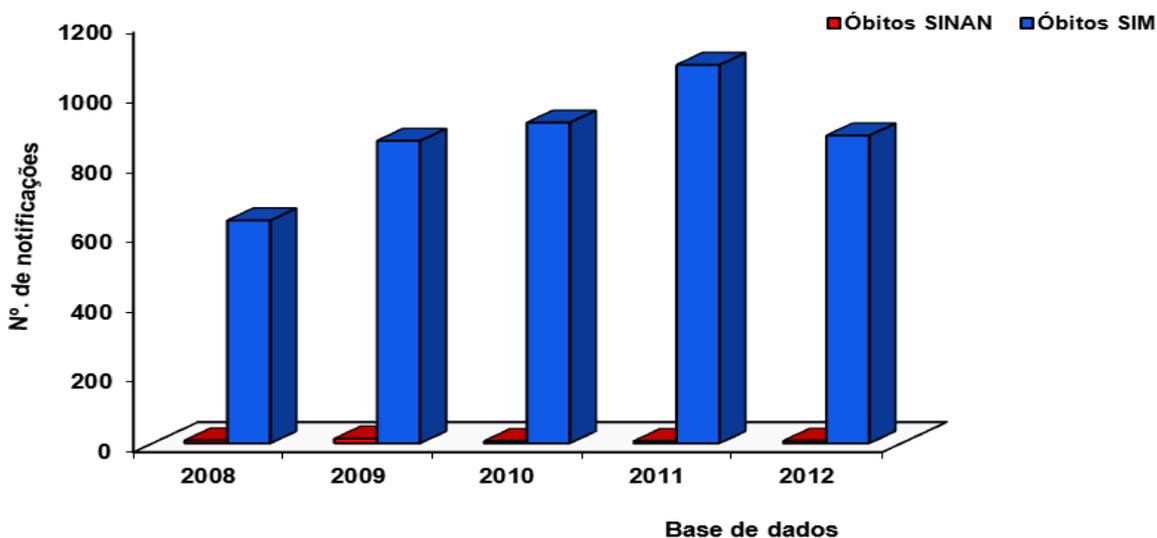
Em relação à evolução dos casos a cura sem seqüela foi a mais prevalente (93,7%), seguida por óbito por intoxicação (2,5%) e cura com seqüela (1,5%). O critério de encerramento dos casos notificados foram: critério clínico (59,9%), critério clínico-epidemiológico (29,1%) e critério laboratorial (8,10%).

Foram registrados 43 óbitos entre 2007 a 2011 o que denota, a gravidade dos casos atendidos nas unidades de saúde quer proveniente pela demora no trajeto até chegar ao serviço de atendimento ou pela ação do agente tóxico.

A ficha de investigação da intoxicação exógena apresenta algumas limitações como, por exemplo, falta do campo sinais e sintomas, dados de laboratórios e agrega outras intoxicações na mesma ficha da intoxicação por agrotóxico o que pode levar a confusão no preenchimento. Do ponto de vista quando avaliado a frequência das notificações em relação a outras bases de dados tais como SIM e SIH, percebe-se a subnotificação no SINAN (figura 4).



Figura 4 – Casos notificados de intoxicação por agrotóxico, segundo base de dados. Santa Catarina, 2008 a 2012.



Fonte: SINAN/DIVE/SES/SC - SIM/SIA/SIH/SES/SC

Observou-se na análise dos dados de algumas variáveis, limitação técnica no entendimento para o preenchimento dos campos da ficha, subregistro e inconstâncias na série histórica que pode ser atribuída a morosidade na instituição de uma política que contemplassem a vigilância em saúde das populações expostas a agrotóxicos.

Ressalta-se que a exposição humana a agrotóxicos representa um importante problema de saúde pública no Estado e em alguns aspectos, transcendem o seu caráter institucional, tornando difíceis as intervenções sobre o problema.

A vigilância epidemiológica através de ações intersetoriais dentro deste contexto da exposição e intoxicação por agrotóxicos, vem buscando estruturar e estimular através de informações sistematizadas, medidas de prevenção e controle das doenças e agravos a eles relacionados.

Programa Estadual de vigilância das intoxicações exógenas